



RELATÓRIO ORÇAMENTO 2025

Conteúdo

Índice de Quadros.....	ii
I. NOTA DE ABERTURA.....	1
II. ENQUADRAMENTO GERAL.....	3
1. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2025	3
2. Princípios e opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2025.....	5
3. Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2025.....	6
4. Apresentação do Orçamento.....	7
III. PREVISÃO DAS RECEITAS	9
1. Contextualização das receitas.....	9
2. Receitas fiscais.....	10
3. Receitas não fiscais.....	11
3.1 Rendimentos de Propriedade	11
3.2 Transferências correntes	12
3.3 Venda de bens e serviços correntes	12
3.4 Transferências de capital	13
4. Receitas não fiscais.....	14
IV. PREVISÃO DE DESPESAS	15
1. Contextualização das Despesas	15
2. Despesas correntes.....	16
2.1 Despesas com pessoal	16
2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços	16
2.3 Encargos correntes da dívida	18
2.4 Transferências correntes	18
2.5 Outras despesas correntes	18
3. Despesas de Capital	19
3.1 Aquisição de bens de capital.....	19

4.	Serviço da Dívida	21
5.	Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis	21
5.1	Classificação Funcional das Despesas Autárquicas	21
5.2	Objetivos Estratégicos	21

Índice de Quadros

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental	7
Quadro 2 – Receitas e despesas por Classificação Económica.....	7
Quadro 3 - Saldo Global Efetivo	8
Quadro 4 - Receita por Classificação Económica.....	9
Quadro 5 - Receitas fiscais.....	10
Quadro 6 - Receitas não fiscais excluídos os ativos e passivos financeiros	11
Quadro 7 - Receitas provenientes de transferências de correntes	12
Quadro 8 - Receitas provenientes de transferências de capital	13
Quadro 9 - Receita consignada	14
Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica.....	15
Quadro 11 - Despesas com Pessoal por Natureza Económica Excluindo Senhas dos Membros da Assembleia Municipal	16
Quadro 12 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes por Natureza Económica.....	17
Quadro 13 - Despesas com Transferências Correntes por Natureza Económica	18
Quadro 14 - Outras Despesas Correntes por Natureza Económica	18
Quadro 15 - Aquisição de Bens de Capital por Natureza Económica.....	20
Quadro 16 - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.....	21
Quadro 17 - Orçamento por Eixos e Programas das Grandes Opções do Plano (GOP), não contabilizando as Extra GOP.....	22

I. NOTA DE ABERTURA

O Orçamento Municipal que apresentamos reflete a ambição do atual executivo para o próximo quadriénio, assente no programa eleitoral que foi sufragado por ampla maioria pelos fornenses nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021.

O trajeto de responsabilidade, prudência e boa gestão dos dinheiros públicos iniciado em outubro de 2013, continuará a ser um princípio basilar da nossa ação governativa.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município para o próximo quadriénio assenta em 8 eixos considerados fundamentais:

1. Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável;
2. Promover o desenvolvimento económico de Fornos de Algodres;
3. Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens;
4. Prestar serviços de excelência e inovadores;
5. Disponibilizar excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças;
6. Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade;
7. Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental;
8. Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com Outras Instituições do Território.

Para alcançarmos resultados de excelência em cada um destes 8 eixos, apresentamos 23 programas que darão resposta a essa ambição, nomeadamente:

1. Programa de Transferência de Competências da Ação Social;
2. Programa de apoio a grupos vulneráveis;
3. Programa de Valorização e Dinamização da Economia;
4. Programa de Valorização da Produção Local;
5. Programa Estratégico de Promoção Turística;
6. Programa de Proteção de Bens e Pessoas;
7. Programa de Valorização da Floresta e Espaços Verdes;
8. Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados;
9. Programa de Ação Local para Juventude em Fornos de Algodres;

10. Programa de Requalificação da Escola de Figueiró da Granja;
11. Programa da Descentralização da Educação;
12. Programa "CulturFornos";
13. Programa de Promoção da Atividade Física e Desportiva;
14. Programa Municipal de Gestão Hídrica;
15. Programa Municipal de Gestão de Águas Residuais;
16. Programa de Gestão de Resíduos e Economia Circular;
17. Programa de Promoção da Eficiência Energética;
18. Programa Municipal de Mobilidade Sustentável;
19. Programa Municipal de Educação Ambiental;
20. Programa Municipal de Promoção do Bem Estar Animal;
21. Programa de Melhoria do Espaço Urbano;
22. Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva das Infraestruturas Municipais;
23. Programa de Parecerias e Candidaturas;

O sucesso da implementação de cada um destes programas é a garantia da realização do compromisso assumido com os fornenses e da melhoria das condições de vida, sociais, económicas, culturais e ambientais do concelho de Fornos de Algodres.

Os projetos e ações subjacentes a cada um deles está presente nas Grandes Opções do Plano, de modo que seja possível acompanhar com maior pormenor toda a atividade realizada pelo Município de Fornos de Algodres ao longo do mandato.

Este é o caminho que pretendemos trilhar, com todos os fornenses sem exceção, de modo a conquistarmos um futuro melhor para o nosso concelho nos próximos anos.

Contamos convosco!

Fornos de Algodres, 25 de novembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal

II. ENQUADRAMENTO GERAL

1. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2025

A presente proposta de orçamento foi elaborada de acordo com os grandes objetivos estratégicos definidos no programa autárquico para o mandato 2021/2025, tendo em conta o enquadramento nacional e europeu que se pode inferir dos principais indicadores macroeconómicos nacionais e internacionais que, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá crescer 1,6% em 2024, 2,1% em 2025 e 2,2% em 2026.

A inflação deverá reduzir-se para 2,6% em 2024 e fixar-se em valores consistentes com a estabilidade de preços nos anos seguintes. Estas projeções traduzem-se na manutenção da convergência da economia portuguesa para os níveis de rendimento europeus e num diferencial de inflação face à área do euro aproximadamente nulo. Face ao Boletim Económico de junho, verificaram-se revisões do crescimento em baixa em 2024 (-0,4 pp) e em 2025 (-0,2 pp). A inflação foi revista ligeiramente em alta em 2024 e em baixa em 2025.

A economia portuguesa mantém um crescimento equilibrado no horizonte de projeção (2024/2026). As pressões inflacionistas externas deverão manter-se moderadas. O dinamismo do rendimento disponível continuará a refletir uma evolução favorável do mercado de trabalho, com aumento do emprego e dos salários, e o impacto das medidas orçamentais. A transição gradual para taxas de juro mais baixas e as entradas de fundos europeus apoiarão um maior crescimento do investimento. A procura externa dirigida à economia portuguesa acelera no horizonte de projeção, mas a evolução das exportações é condicionada pelo esgotamento do impulso da recuperação pós pandemia dos serviços, em particular dos associados ao turismo.

A evolução recente da atividade foi mais fraca do que o esperado, projetando-se uma aceleração no final do ano. O crescimento em cadeia do PIB reduziu-se no segundo trimestre, para 0,2%, após um início do ano dinâmico (0,6%). A procura interna acelerou, as exportações cresceram a um ritmo robusto e registou-se um aumento marcado das importações, em especial de serviços.

No terceiro trimestre, o crescimento deverá permanecer baixo de acordo com os indicadores de conjuntura disponíveis, incluindo um indicador de atividade baseado nos inquéritos qualitativos às empresas. A evolução estimada reflete um abrandamento das exportações e do consumo privado. A projeção de um maior crescimento do PIB no quarto trimestre e no início de 2025 deve-se, em parte, à recuperação das exportações associada à aceleração da procura externa e ao maior dinamismo do turismo. Também se deverá observar uma aceleração do consumo privado, em consonância com a melhoria da confiança das famílias e a evolução do rendimento disponível.



Após o aumento no segundo trimestre, a inflação reduziu-se para 2,3% no terceiro trimestre e deverá situar-se em 2,4% no final do ano. A volatilidade recente da inflação foi inesperada e refletiu, em larga medida, efeitos idiossincráticos nos preços dos serviços de alojamento. A taxa de variação do IHPC excluindo os bens energéticos e alimentares e as componentes voláteis associadas ao turismo manteve-se em cerca de 2,5% entre o início do ano e o mês de agosto. No horizonte de projeção, a inflação flutua em torno de 2%.

A atividade económica é sustentada pelo consumo privado e pelas exportações em 2024 e acelera em 2025–26 refletindo o dinamismo do investimento. As exportações de bens e serviços (líquidas de conteúdo importado) mantêm um contributo importante para o crescimento no horizonte de projeção, ainda que inferior ao de 2023. Projeta-se um aumento significativo do contributo do investimento em 2025–26. O contributo do consumo privado no período é consistente com uma estabilização do seu peso no PIB, em termos reais, e um aumento da taxa de poupança.

A capacidade de financiamento da economia face ao exterior deverá aumentar para um valor médio de 4,1% do PIB em 2024–26. O saldo de bens e serviços aumenta de 1,2% do PIB em 2023 para 2,2%, em média, em 2024–26. Esta melhoria reflete um menor défice no comércio de bens e um maior excedente nos serviços. No caso dos bens, o maior dinamismo em volume das importações face às exportações é mais do que compensado por ganhos de termos de troca, mais significativos em 2024.

No que respeita à Administração Local, o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, prevê a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. De acordo com o previsto no n.º 46 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP 26) do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.os 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, respetivamente, as demonstrações orçamentais a elaborar são: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (ano seguinte, mais 4 anos); Plano Plurianual de Investimentos.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, foi de aplicação obrigatória a todas as entidades que compõem o perímetro das Administrações Públicas. Para as entidades integradas no subsetor da administração local, a entrada em vigor do supracitado diploma foi prorrogada, sendo que o artigo 98.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano de 2019), conjugado com o artigo 86.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019 (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), determinaram a entrada em vigor do novo referencial contabilístico para as mencionadas entidades, na sua plenitude, a 1 de janeiro de 2020.

O orçamento agora apresentado continua a ser influenciado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto – aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM) – que determina o capital social do fundo e a respetiva contribuição dos municípios..



2. Princípios e opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2025

Este orçamento foi elaborado pelo processo de orçamentação de base zero, nos termos do preceituado na lei de enquadramento orçamental.

O orçamento para 2025 apresenta um **acréscimo de receita efetiva** de 2.852.036€ ou seja, mais 26,42 % face ao ano de 2024. Este significativo aumento está associado ao acréscimo das transferências de capital (2.9333.962€).

Rigor e consolidação das finanças municipais, continuarão a ser os principais objetivos que marcarão a política orçamental deste executivo durante o seu mandato autárquico. O controlo e a redução sistemática da dívida global, a par com o rigor, seletividade e permanente avaliação da despesa municipal, manter-se-ão como vetores centrais de uma adequada disciplina financeira.

A proposta de orçamento do Município de Fornos de Algodres para o ano de 2025 tem por base os pressupostos do Plano de Ajustamento Municipal apresentado ao FAM, bem como as prioridades do atual executivo, sufragadas em 26 de setembro de 2021.

Os princípios orientadores que lhe estão implícitos são os a seguir elencados:

1. Rigor, avaliação e prudência nos pressupostos que serviram de base, à projeção da receita e da despesa;
2. Seletividade da despesa;
3. Consolidação da situação financeira da autarquia;
4. Convergência de meios nas principais prioridades sufragadas pelos munícipes, em 26 de setembro de 2021.

O **orçamento da despesa contempla um valor global de 13.645.299€** representando um acréscimo de 2.852.136€, relativamente ao ano transato.

As prioridades para 2025 figuram no orçamento através de **8 objetivos estratégicos** transversais ao Município, que enquadram o programa autárquico sufragado em 2021, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAR) de 2023, assim designados:

1. Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável;
2. Promover o desenvolvimento económico de Fornos de Algodres;
3. Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens;
4. Prestar serviços de excelência e inovadores;
5. Disponibilizar excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças;

6. Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade;
7. Melhorar o desenho urbano do concelho, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental do concelho;
8. Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com Outras Instituições do Território.

3. Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2025

O **orçamento para 2025** divide-se em 2 classificações orgânicas:

01 - Assembleia Municipal

02 - Câmara Municipal

Esta estrutura releva a dimensão política do orçamento e, simultaneamente flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica espelhando os resultados a obter.

Através das Grandes Opções do Plano (GOP), que envolvem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (AMR), é realizado o controlo do orçamento por serviço/divisão responsável.

Cada unidade orgânica terá o seu orçamento por programas, acompanhando a execução dos projetos bem como o plano de atividades.

Neste modelo, os objetivos estratégicos estão de acordo com as orientações de contenção de despesa e da Estratégia Municipal delineada para o período 2021-2025 e, com as metas estabelecidas na Divisão de Administração Geral e pela Divisão Técnica Municipal.

Nesta configuração os objetivos estratégicos para o ano de 2025 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2021-2025, facilitando desse modo a articulação entre estes dois instrumentos de planeamento autárquico. Esta configuração torna ainda possível a articulação destes dois instrumentos com os objetivos a estabelecer no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

4. Apresentação do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico apresenta um acréscimo na ordem de 2.852.036€. A **receita corrente** atingirá um montante de 9.021.129€, que suporta a **despesa corrente** de 8.048.081€, enquanto a **receita de capital** atinge o valor de 4.624.171€ para uma despesa de capital de 4.889.469€.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI – Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro) “os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”.

Acresce que nos termos do n.º 2, do artigo 40.º do mesmo diploma legal, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.” Na elaboração do Orçamento do Município de Fornos de Algodres, foi devidamente acautelado o cumprimento do equilíbrio orçamental.

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental

(Un.: euro)

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Variação
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
9 021 129 €	8 048 081 €	822 875 €	8 870 956 €	-150 172

Elaboração própria

Quadro 2 – Receitas e despesas por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2025		Designação da Rubrica	2025	
	Valor	%		Valor	%
Receitas Correntes a)	9 021 129	84,4%	Despesas Correntes	8 048 081	59,0%
Impostos directos	800 528	7,8%	Despesas com pessoal	3 337 766	24,5%
Impostos indirectos	2 410	0,0%	Aquisição de bens e serviços	3 503 745	25,7%
Taxas, multas e outras penalidades	190 031	1,2%	Juros e outros encargos	236 124	1,7%
Rendimentos da propriedade	331 111	2,2%	Transferências correntes	881 900	6,5%
Transferências correntes	6 943 473	63,9%	Subsídios	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	594 176	8,1%	Outras despesas correntes	88 546	0,6%
Outras receitas correntes	159 400	1,2%			
Receitas de Capital b)	4 624 071	15,6%	Despesas de Capital	4 889 469	35,8%
Venda de bens de investimento	5 000	0,0%	Aquisição de bens de capital	4 839 469	35,5%
Transferências de capital	4 618 871	15,6%	Transferências de capital	50 000	0,4%
Outras receitas de capital	100	0,0%	Outras despesas de capital	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100	0,0%			
Total das Receitas Efetivas c) = a) + b)	13 645 199	100,0%	Total das Despesas Efetivas	12 937 550	94,8%
Ativos financeiros	0	0,0%	Ativos financeiros	0	0,0%
Passivos financeiros	100	0,0%	Passivos financeiros	707 749	5,2%
Total das Receitas não Efetivas d)	100	0,0%	Total das Despesas não Efetivas	707 749	5,2%
Total e) = c) + d)	13 645 299	100,0%	Total	13 645 299	100,0%

Elaboração própria

Em termos de **receita**, destaca-se a continuação da forte dependência da receita proveniente das transferências correntes que contribuem em 63,9% para a receita total.

No que se refere à despesa **destaca-se** o peso das aquisições de bens e serviços (25,7%), dos encargos com pessoal (24,5%) e das aquisições de bens de capital (35,5%) que representam, em conjunto, 85,6% do total da despesa.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima expostas serão objeto de análise detalhada nos capítulos seguintes.

No que diz respeito à evolução do orçamento face a 2024, conforme referido anteriormente, verifica-se um acréscimo relativamente ao ano transato em 2.852.136€.

Quadro 3 - Saldo Global Efetivo

(Un.: euro)

Despesas		2024	2025	Variação	
				%	€
Despesas Correntes	1)	7 446 363	8 048 081	8,1%	601 718
Despesas de Capital	2)	2 640 840	4 889 469	85,1%	2 248 629
Total Despesas Efetivas	3) = 1)+2)	10 087 203	12 937 550	28,3%	2 850 347
Total Despesas não efetivas	4)	705 960	707 749	0,3%	1 789
Total das Despesas	5) = 3)+4)	10 793 163	13 645 299	26,4%	2 852 136

Elaboração própria

III. PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Contextualização das receitas

A previsão de receita municipal para o ano de 2025 é de **13.645.299€**, traduzindo um aumento de 26,4% face à estimativa inicial para o orçamento do ano de 2024. O aumento na receita total, em termos absolutos é de 2.852.136€.

Da receita total estimada para 2025, prevê-se que 9.021.129€ tenha origem em receitas correntes (66,1%), 4.624.071€ em receitas de capital (33,9%) e 100€ em receita não efetiva.

Quadro 4 - Receita por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes a)	9 107 854	84,4%	9 021 129	66,1%	-86 726	-1,0%
Impostos directos	837 508	7,8%	800 528	5,9%	-36 980	-4,4%
Impostos indirectos	2 606	0,0%	2 410	0,0%	-196	
Taxas, multas e outras penalidades	129 704	1,2%	190 031	1,4%	60 327	46,5%
Rendimentos da propriedade	238 707	2,2%	331 111	2,4%	92 404	38,7%
Transferências correntes	6 895 601	63,9%	6 943 473	50,9%	47 872	0,7%
Venda de bens e serviços correntes	878 324	8,1%	594 176	4,4%	-284 148	-32,4%
Outras receitas correntes	125 404	1,2%	159 400	1,2%	33 996	27,1%
Receitas de Capital b)	1 685 209	15,6%	4 624 071	33,9%	2 938 862	174,4%
Venda de bens de investimento	100	0,0%	5 000	0,0%	4 900	4900,0%
Transferências de capital	1 684 909	15,6%	4 618 871	33,8%	2 933 962	174,1%
Outras receitas de capital	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total das Receitas Efetivas c) = a) + b)	10 793 063	100,0%	13 645 199	100,0%	2 852 136	26,4%
Activos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	
Passivos financeiros	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total das Receitas não Efetivas d)	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total e) = c) + d)	10 793 163	100,0%	13 645 299	100,0%	2 852 136	26,4%

Elaboração própria

A estimativa da **receita corrente** apresenta um decréscimo de 1,0%, comparativamente ao orçado para o ano de 2024, traduzindo-se em menos 86.726€.

A variação estimada nas receitas de capital apresenta um acréscimo de 174,4% para 2025, em comparação com o orçado de 2024, resulta, essencialmente, da aprovação das candidaturas da área da habitação.



2. Receitas fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a **992.969€**.

No quadro seguinte é possível compreender que a receita fiscal tem um acréscimo igual 23.151€, representando um aumento, face ao orçado em 2024, de 2,4%.

Quadro 5 - Receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2024 Valor	2025 Valor	Variação	
			Valor	%
Impostos diretos	837 508	800 528	-36 980	-4,4%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	522 550	544 234	21 684	4,1%
Imposto Único de Circulação (IUC)	110 430	109 626	-804	-0,7%
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	156 668	96 346	-60 322	-38,5%
Derrama	47 860	50 322	2 462	5,1%
Impostos indiretos	2 606	2 410	-196	-7,5%
Mercados e feiras	0	0	0	
Loteamentos e obras	1 224	1 148	-76	-6,2%
Ocupação da via pública	24	24	0	0,0%
Publicidade	100	100	0	0,0%
Taxa municipal de direitos de passagem	1 158	1 038	-120	-10,4%
Outros	100	100	0	0,0%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	129 704	190 031	60 327	46,5%
Mercados e feiras	2 466	2 540	74	3,0%
Loteamentos e obras	4 996	4 412	-584	-11,7%
Ocupação da via pública	588	642	54	9,2%
Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	0	60 000	60 000	
Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento)	0	10 000	10 000	
Taxa de Recursos Hídricos (Saneamento)	0	4 000	4 000	
Taxa de Disponibilidade - Abastecimento de Água	106 304	97 275	-9 029	-8,5%
Outras	8 634	6 222	-2 412	-27,9%
Juros de mora	2 212	2 152	-60	-2,7%
Juros compensatórios	2 898	1 162	-1 736	-59,9%
Multas e penalidades diversas	1 606	1 626	20	1,2%
Total	969 818	992 969	23 151	2,4%

Elaboração própria



3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais estimadas para 2025, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 12.652.230€, representando em termos globais, um acréscimo de 28,8%, relativamente ao orçamento inicial de 2024.

Quadro 6 - Receitas não fiscais excluídos os ativos e passivos financeiros

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	8 138 036	82,8%	8 028 160	63,5%	-109 876	-1,4%
Rendimentos da propriedade	238 707	2,4%	331 111	2,6%	92 404	38,7%
Transferências correntes	6 895 601	70,2%	6 943 473	54,9%	47 872	0,7%
Venda de bens e serviços correntes	878 324	8,9%	594 176	4,7%	-284 148	-32,4%
Outras receitas correntes	125 404	1,3%	159 400	1,3%	33 996	27,1%
Receitas de Capital	1 685 209	17,2%	4 624 071	36,5%	2 938 862	174,4%
Venda de bens de investimento	100	0,0%	5 000	0,0%	4 900	4900,0%
Transferências de capital	1 684 909	17,2%	4 618 871	36,5%	2 933 962	174,1%
Outras receitas de capital	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total	9 823 245	100,0%	12 652 230	100,0%	2 828 985	28,8%

Elaboração própria

Da análise do quadro anterior, conclui-se que da agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 63,5% respeitam a receitas correntes e 36,5% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de Propriedade

O montante estimado em rendimentos de propriedade (331.111€), respeitam na sua maioria a contratos de concessão com a EDP Distribuição, S.A. e ao Parque Eólico do Pisco, S.A.

3.2 Transferências correntes

O valor das transferências correntes tem por base a proposta de orçamento do estado para o ano de 2025, bem como receitas provenientes de candidaturas com saldos finais por receber, outras já aprovadas, assim como receitas da cantina escolar, bufete, ICNF entre outras, totalizando um montante igual a 6.943.473€.

Quadro 7 - Receitas provenientes de transferências de correntes

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2024 Valor	2025 Valor	Variação Valor	%
Participação nos Impostos do Estado	6 673 616	6 271 898	-401 719	-6,0%
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 966 254	3 888 894	-77 360	-2,0%
- Fundo Social Municipal	110 687	124 765	14 078	12,7%
- Participação fixa no IRS	126 980	140 800	13 820	10,9%
Participação no IVA	74 241	27 764	-46 477	-62,6%
35.º Lei n.º 73/2013	1 438 954	1 113 460	-325 495	-22,6%
- Transferência de Competências - Lei 50/2018	956 500	976 215	19 715	2,1%
Comparticipação a Fundo Perdido	134 408	529 382	394 974	293,9%
- De Protocolos com Administração Central	100	100	0	0,0%
- De Contratos com Fundos Autónomos	0	0	0	
- De Fundos Comunitários	134 308	529 282	394 974	294,1%
Outros	87 577	142 193	54 616	62,4%
Total	6 895 601	6 943 473	47 872	0,7%

- €

- €

Elaboração própria

3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 8,1% (ver quadro 4) das receitas totais e 4,7% (ver quadro 6) das receitas não fiscais, onde têm especial relevância para 2025 as receitas provenientes dos três sistemas - água, saneamento e resíduos sólidos urbanos -, com uma previsão de 276.196€, 138.100€ e 109.938€, respetivamente.

3.4 Transferências de capital

A estimativa orçamental para 2025 das receitas das transferências de capital, como se pode observar no quadro seguinte, sofre um aumento de 2.933.9623€ (174,1%), comparativamente à estimativa orçada para 2024.

Para além do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), em 1.104.864€, existem candidaturas da área da habitação já aprovadas, como por exemplo o investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **componente 2 – habitação** ou o investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **Programa 1.º Direito**.

Quadro 8 - Receitas provenientes de transferências de capital

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2024	2025	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Participação nos Impostos do Estado	440 695	1 545 559	1 104 864	250,7%
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	440 695	1 545 559	1 104 864	250,7%
Comparticipação a Fundo Perdido	1 244 214	3 073 312	1 829 098	147,0%
- De Protocolos com Administração Central	100	100	0	0,0%
- De Contratos com Fundos Autónomos	0	2 674 398	2 674 398	
- De Fundos Comunitários	1 244 114	398 814	-845 300	-67,9%
Outros	0	0	0	
Total	1 684 909	4 618 871	2 933 962	174,1%

- €

Elaboração própria

4. Receitas não fiscais

Quadro 9 - Receita consignada

(Un.: euro)

Orçamento da Receita	Total Valor	Peso %
Receita Consignada	4 703 774	34,47%
- Administração Central	1 101 180	8,07%
Fundo de Financiamento da Descentralização	976 215	7,15%
Fundo Social Municipal	124 765	0,91%
Fundo Ambiental	200	0,00%
- Compartições a fundo perdido	928 096	6,80%
Projetos co-financiados	928 096	6,80%
- Serviços e fundos autónomos	2 674 398	19,60%
IHRU - Programa de Habitação	2 674 398	19,60%
- Empréstimos	100	0,00%
Receita não Consignada	8 941 525	65,53%
Receita Total	13 645 299	100,0%

Elaboração própria

Do total de 13.645.299€ previstos como receita para 2025, 4.703.774€ respeitam a receita consignada, cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

IV. PREVISÃO DE DESPESAS

1. Contextualização das Despesas

A **despesa municipal para 2025** repartida por despesa corrente e despesa de capital, é constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que **ascenda a 13.645.299€**, que corresponde a um acréscimo de 26,4 % relativamente ao ano de 2024.

Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes a)	7 446 363	69,0%	8 048 081	59,0%	601 718	8,1%
Despesas com pessoal	3 149 031	29,2%	3 337 766	24,5%	188 735	6,0%
Aquisição de bens e serviços	3 184 847	29,5%	3 503 745	25,7%	318 898	10,0%
Juros e outros encargos	242 528	2,2%	236 124	1,7%	-6 404	-2,6%
Transferências correntes	802 162	7,4%	881 900	6,5%	79 738	9,9%
Subsídios	0	0,0%	0	0,0%	0	
Outras despesas correntes	67 795	0,6%	88 546	0,6%	20 751	30,6%
Despesas de Capital b)	2 640 840	24,5%	4 889 469	35,8%	2 248 629	85,1%
Aquisição de bens de capital	2 640 840	24,5%	4 839 469	35,5%	2 198 629	83,3%
Transferências de capital	0	0,0%	50 000	0,4%	50 000	
Outras despesas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	
Total das Despesas Efetivas c) = a) + b)	10 087 203	93,5%	12 937 550	94,8%	2 850 347	28,3%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	
Passivos financeiros	705 960	6,5%	707 749	5,2%	1 789	0,3%
Total das Despesas não Efetivas d)	705 960	6,5%	707 749	5,2%	1 789	0,3%
Total e) = c) + d)	10 793 163	100,0%	13 645 299	100,0%	2 852 136	26,4%

Elaboração própria

Em 2025 as **despesas de capital** sofrem um **aumento de 2.248.629€** o que representa uma variação positiva em termos percentuais, face ao ano de 2024, de 85,1%. Para este aumento concorre o aumento da rubrica de aquisição de bens de capital.

No que respeita às **despesas correntes** estima-se que, face ao ano anterior, apresentem em termos absolutos, um **acrécimo de 601.718€**. Para este acréscimo concorrem o aumento das rubricas de aquisição de bens e serviços (318.898€), transferência correntes (79.738€) e das despesas com pessoal (188.735€).



2. Despesas correntes

As **despesas correntes** têm uma estrutura conforme quadro 10, tendo sido definidas por este executivo e em cumprimento do SNC-AP.

2.1 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal por natureza económica incluem todas as remunerações certas e permanentes dos colaboradores da autarquia por unidade orgânica (Assembleia Municipal e Câmara Municipal).

Está imputada à unidade orgânica Câmara Municipal, as remunerações dos colaboradores que asseguram o secretariado do presidente da assembleia municipal, em matéria de funcionamento de secretariado e apoio administrativo direto às reuniões, assegurando o apoio logístico, serviços de tratamento de texto, expedição de correspondência e serviços de reprografia bem como o tratamento do expediente necessário ao exercício de funções dos membros da assembleia municipal.

Em **2025** estima-se que as despesas com pessoal tenham um aumento de 6,0% face ao ano anterior, com uma dotação de 3.337.766€, que representam no total da despesa corrente 24,5% (ver quadro 10).

Quadro 11 - Despesas com Pessoal por Natureza Económica Excluindo Senhas dos Membros da Assembleia Municipal

(Un.: euro)

Designação	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	2 511 744	79,8%	2 643 810	79,2%	132 066	5,3%
Abonos variáveis e eventuais	76 306	2,4%	74 154	2,2%	-2 152	-2,8%
Segurança Social	560 981	17,8%	619 802	18,6%	58 821	10,5%
Total	3 149 031	100,0%	3 337 766	100,0%	188 735	6,0%

Elaboração própria

O acréscimo de 188.735€, deve-se essencialmente à orçamentação da atualização salarial prevista no orçamento de estado, para o ano de 2025.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A centralização da função das compras, a implementação da contabilidade de custos, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas nas divisões municipais serão os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas.

Com este propósito pretende-se dotar as rubricas do orçamento com valores que garantam estabilidade e sustentabilidade das necessidades municipais, tendo sempre como objetivo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Quadro 12 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de Bens e Serviços a)	3 184 847	100,0%	3 503 745	100,0%	318 898	10,0%
Aquisição de Bens	861 882	27,1%	870 101	24,8%	8 219	1,0%
Matérias-primas e subsidiárias	500	0,0%	15 500	0,4%	15 000	3000,0%
Combustíveis e lubrificantes - Gasóleo	90 000	2,8%	93 310	2,7%	3 310	3,7%
Combustíveis e lubrificantes - Outros	54 729	1,7%	46 775	1,3%	-7 954	-14,5%
Limpeza e higiene	44 038	1,4%	42 087	1,2%	-1 951	-4,4%
Alimentação - Refeições confeccionadas	13 000	0,4%	12 192	0,3%	-808	-6,2%
Alimentação - Géneros para confeccionar	171 388	5,4%	181 051	5,2%	9 663	5,6%
Vestuário e artigos pessoais	21 200	0,7%	20 036	0,6%	-1 164	-5,5%
Material de escritório	15 600	0,5%	17 266	0,5%	1 666	10,7%
Produtos químicos e farmacêuticos	25 858	0,8%	15 600	0,4%	-10 258	-39,7%
Produtos vendidos nas farmácias	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de consumo clínico	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de transporte - Peças	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de consumo hoteleiro	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Outro material - Peças	27 107	0,9%	23 320	0,7%	-3 787	-14,0%
Prémios, condecorações e ofertas	54 000	1,7%	51 400	1,5%	-2 600	-4,8%
Mercadorias para venda - Água	200 833	6,3%	210 000	6,0%	9 167	4,6%
Mercadorias para venda - Outras	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Ferramentas e utensílios	16 700	0,5%	14 200	0,4%	-2 500	-15,0%
Livros e documentação técnica	4 260	0,1%	4 260	0,1%	0	0,0%
Artigos honoríficos e de decoração	600	0,0%	600	0,0%	0	0,0%
Material de educação, cultura e recreio	19 700	0,6%	30 200	0,9%	10 500	53,3%
Outros bens	101 869	3,2%	91 804	2,6%	-10 065	-9,9%
Despesas de Serviços b)	2 322 965	72,9%	2 633 644	75,2%	310 679	13,4%
Encargos das instalações	168 480	5,3%	174 607	5,0%	6 127	3,6%
Limpeza e higiene	152 622	4,8%	144 187	4,1%	-8 435	-5,5%
Conservação de bens	71 389	2,2%	94 400	2,7%	23 011	32,2%
Locação de edifícios	5 300	0,2%	66 600	1,9%	61 300	1156,6%
Locação de material de informática	200	0,0%	200	0,0%	0	0,0%
Locação de material de transporte	5 200	0,2%	3 700	0,1%	-1 500	-28,8%
Locação de outros bens	200	0,0%	100	0,0%	-100	-50,0%
Comunicações	65 100	2,0%	72 335	2,1%	7 235	11,1%
Transportes - Transportes escolares	80 000	2,5%	100	0,0%	-79 900	-99,9%
Transportes - Outros transportes	53 738	1,7%	94 250	2,7%	40 512	75,4%
Representação dos serviços	2 500	0,1%	1 650	0,0%	-850	-34,0%
Seguros - Seguros de viaturas	21 327	0,7%	21 327	0,6%	0	0,0%
Seguros - Seguros de Edifícios	16 733	0,5%	18 233	0,5%	1 500	9,0%
Seguros - Outros	11 179	0,4%	16 499	0,5%	5 320	47,6%
Deslocações e estadas	10 840	0,3%	6 600	0,2%	-4 240	-39,1%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	355 332	11,2%	300 434	8,6%	-54 898	-15,4%
Formação	19 147	0,6%	20 000	0,6%	853	4,5%
Seminários, exposições e similares	17 700	0,6%	29 400	0,8%	11 700	66,1%
Publicidade	76 093	2,4%	79 945	2,3%	3 852	5,1%
Vigilância e segurança	59 381	1,9%	62 596	1,8%	3 215	5,4%
Assistência técnica	254 545	8,0%	285 084	8,1%	30 539	12,0%
Outros trabalhos especializados	271 129	8,5%	140 531	4,0%	-130 598	-48,2%
Tratamento de Águas Residuais [Águas do Vale do Tejo, SA]	0	0,0%	150 000	4,3%	150 000	
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos [RESIESTRELA]	0	0,0%	100 000	2,9%	100 000	
Utilização de infra-estruturas de transportes	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Serviços de saúde	12 600	0,4%	21 400	0,6%	8 800	69,8%
Encargos de cobrança de receitas	20 000	0,6%	10 000	0,3%	-10 000	-50,0%
Outros serviços - Outros Serviços	412 130	12,9%	474 509	13,5%	62 379	15,1%
Outros serviços - Iluminação Pública	160 000	5,0%	244 857	7,0%	84 857	53,0%
Total e) = c) + d)	3 184 847	100,0%	3 503 745	100,0%	318 898	10,0%

Elaboração própria

2.3 Encargos correntes da dívida

Os juros e outros encargos correntes representam 235.523€, conforme descrito no quadro 16, após mapa enviado e atualizado pelo Fundo de Apoio Municipal.

2.4 Transferências correntes

Na rubrica transferências correntes realça-se o facto da existência de um acréscimo de 79.738€, ou seja, um aumento de 9,9%.

Quadro 13 - Despesas com Transferências Correntes por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências Correntes	802 162	100,0%	881 900	100,0%	79 738	9,9%
Freguesias	203 500	25,4%	208 000	23,6%	4 500	2,2%
Associações de Municípios	90 112	11,2%	65 466	7,4%	-24 646	-27,4%
Instituições sem fins lucrativos	225 000	28,0%	263 000	29,8%	38 000	16,9%
Famílias	283 550	35,3%	345 434	39,2%	61 884	21,8%
Outras	0	0,0%	0	0,0%	0	
Total	802 162	100,0%	881 900	100,0%	79 738	9,9%

Elaboração própria

2.5 Outras despesas correntes

As outras despesas correntes aumentam ligeiramente comparativamente ao orçamentado no ano anterior, com uma variação positiva de 20.751€ (30,6%). Realçar que parte do aumento se deve ao valor da taxa de gestão de resíduos (TGR), de acordo com as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente, ter um aumento de 5€ por tonelada, face ao ano anterior.

Quadro 14 - Outras Despesas Correntes por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Outras Despesas Correntes	67 795	100,0%	88 546	100,0%	20 751	30,6%
Impostos e taxas	58 995	87,0%	79 746	90,1%	20 751	35,2%
Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	40 000	59,0%	60 000	67,8%	20 000	50,0%
Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento)	10 000	14,8%	10 000	11,3%	0	0,0%
Taxa de Recursos Hídricos (Saneamento)	2 000	3,0%	4 000	4,5%	2 000	100,0%
Outras	6 995	10,3%	5 746	6,5%	-1 249	-17,9%
Restituições de impostos ou taxas cobrados	0	0,0%	0	0,0%	0	
Outros	8 800	13,0%	8 800	9,9%	0	0,0%
Outras restituições	100	0,1%	100	0,1%	0	0,0%
IVA pago	100	0,1%	100	0,1%	0	0,0%
Serviços bancários	3 500	5,2%	3 500	4,0%	0	0,0%
Outras	5 100	7,5%	5 100	5,8%	0	0,0%
Total	67 795	100,0%	88 546	100,0%	20 751	30,6%

Elaboração própria

3. Despesas de Capital

As **despesas de capital** em 2025 representarão 35,8% (ver quadro 10) da despesa total, com um valor de 4.889.469€. Face ao ano transato regista-se um aumento de 2.248.629€.

3.1 Aquisição de bens de capital

Neste agrupamento económico, com um valor orçado de **4.839.469€**, destacam-se os valores mais significativos em investimentos que se encontram mencionados no quadro seguinte:

- Viadutos, arruamentos e obras complementares – 518.281€;
- Construção (Habitação) – 1.682.000€;

O montante presente na classificação orçamental “*Construção (Habitação)*” é um [investimento financiado do aviso n.º 01/CO2-i01/2021](#) referente ao Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, componente 2 – habitação.

- Reparação e beneficiação (Habitação) – 1.008.896€;

O montante presente na classificação orçamental “*Reparação e beneficiação (Habitação)*” é um investimento financiado do aviso n.º 01/CO2-i01/2021 referente ao Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, **Programa 1.º Direito**.

- Creches – 534.468€.

O montante presente na classificação orçamental “creches” é um investimento financiado na candidatura n.º PRR-RE-C03-i01-04-000065, designada “*Reutilização do edifício devoluto do antigo Jardim de Infância da Freguesia de Infias, convertendo-o em Creche*”.

- Outros (Equipamento básico) – 74.800€.

O montante presente na classificação orçamental “outros” é um investimento financiado pelo PRR a 100%, previsto na candidatura dos Bairros Comerciais Digitais. Esta candidatura já foi aprovada pelas entidades competentes.



Quadro 15 - Aquisição de Bens de Capital por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos	2 640 840	100,0%	4 889 469	100,0%	2 248 629	85,1%
Terrenos	10 000	0,4%	5 100	0,1%	-4 900	-49,0%
Habitações	119 036	4,5%	2 741 196	56,1%	2 622 160	2202,8%
Construção	100	0,0%	1 682 000	34,4%	1 681 900	1681900,0%
Aquisição	400	0,0%	50 300	1,0%	49 900	12475,0%
Reparação e beneficiação	118 536	4,5%	1 008 896	20,6%	890 360	751,1%
Edifícios	913 301	34,6%	651 168	13,3%	-262 133	-28,7%
Instalações de serviços	58 677	2,2%	85 000	1,7%	26 323	44,9%
Instalações desportivas e recreativas	50 000	1,9%	1 100	0,0%	-48 900	-97,8%
Mercados e instalações de fiscalização sanitária	356 443	13,5%	30 100	0,6%	-326 343	-91,6%
Creches	285 731	10,8%	534 468	10,9%	248 737	87,1%
Escolas	162 450	6,2%	500	0,0%	-161 950	-99,7%
Construções diversas	586 217	22,2%	721 026	14,7%	134 809	23,0%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	429 872	16,3%	518 281	10,6%	88 409	20,6%
Parques e jardins	25 700	1,0%	32 400	0,7%	6 700	26,1%
Instalações desportivas e recreativas	7 600	0,3%	2 100	0,0%	-5 500	-72,4%
Captação e distribuição de água	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Viação rural	1 000	0,0%	20 000	0,4%	19 000	1900,0%
Sinalização e trânsito	36 645	1,4%	67 745	1,4%	31 100	84,9%
Cemitérios	80 000	3,0%	75 100	1,5%	-4 900	-6,1%
Outros	5 300	0,2%	5 300	0,1%	0	0,0%
Equipamento de informática	76 350	2,9%	35 740	0,7%	-40 610	-53,2%
Software informático	214 950	8,1%	224 982	4,6%	10 032	4,7%
Equipamento administrativo	18 400	0,7%	28 456	0,6%	10 056	54,7%
Equipamento básico	68 458	2,6%	74 800	1,5%	6 342	9,3%
Outro	68 458	2,6%	74 800	1,5%	6 342	9,3%
Ferramentas e utensílios	35 200	1,3%	27 660	0,6%	-7 540	-21,4%
Artigos e objectos de valor	200	0,0%	200	0,0%	0	0,0%
Outros investimentos	198 414	7,5%	176 415	3,6%	-21 999	-11,1%
Locação financeira	30 700	1,2%	1 100	0,0%	-29 600	-96,4%
Material de transporte	30 700	1,2%	1 100	0,0%	-29 600	-96,4%
Bens de domínio público	369 614	14,0%	201 626	4,1%	-167 988	-45,4%
Outras construções e infraestruturas	331 204	12,5%	94 408	1,9%	-236 796	-71,5%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Sistemas de drenagem de águas residuais	136 619	5,2%	32 074	0,7%	-104 545	-76,5%
Parques e jardins	200	0,0%	200	0,0%	0	0,0%
Instalações desportivas e recreativas	200	0,0%	200	0,0%	0	0,0%
Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	60 000	2,3%	30 000	0,6%	-30 000	-50,0%
Outros	134 085	5,1%	31 834	0,7%	-102 251	-76,3%
Bens do património histórico, artístico e cultural	38 410	1,5%	57 218	1,2%	18 808	49,0%
Instituições sem fins lucrativos	0	0,0%	50 000	1,0%	50 000	
Total e) = c) + d)	2 640 840	100,0%	4 889 469	100,0%	2 248 629	85,1%

Elaboração própria

Relativamente à aquisição de bens de capital prevê-se um aumento de 85,1%, com um valor de 2.248.629€, face a 2024.

4. Serviço da Dívida

O contrato celebrado com o Fundo de Apoio Municipal, contemplou o pagamento de 100% do capital em dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro, contraído junto da CGD e do BCP, acrescido de passivos contingentes.

Para o ano 2024 prevê-se um total de encargos com o serviço dívida de 948.488€.

Quadro 16 - Empréstimo de Médio e Longo Prazo

Data do Contrato de Empréstimo	Finalidade	Entidade Credora	Capital	Contratado	Utilizado até 2020	Amortização	Amortização Total	Juros	Capital em dívida em 31/12/2025
30/06/2017	Plano de Apoio Municipal	FAM	32.620.057€	32.620.057€	28.705.594€	708.749€	3.329.509€	235.523€	24.070.899€

5. Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis

5.1 Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A despesa total, é distribuída por funções e subfunções de acordo com o classificador funcional em vigor e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta Autarquia - Contenção de Despesa.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue prudentemente as atividades desenvolvidas pelas respetivas unidades orgânicas, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

As atividades desenvolvidas pelas Divisões Municipais ou equiparadas foram imputadas às respetivas funções, conforme a finalidade da despesa.

5.2 Objetivos Estratégicos

As despesas relevantes em termos de objetivos estratégicos que concorreram para os objetivos, programas, projetos ou atividades e ações que estão refletidas na Grandes Opções do Plano (GOP) que integraram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Mapa Plurianual das Atividades mais relevantes (PAR) constam do quadro seguinte:

Quadro 17 - Orçamento por Eixos e Programas das Grandes Opções do Plano (GOP), não contabilizando as Extra GOP

(Un.: euro)

N.º Eixo e Programa	Designação de Eixos e Programas	Valor	%
I	Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável	3 993 990	29,27%
	Programa de Transferência de Competências de Ação Social	35 876	0,26%
	Programa de apoio a grupos vulneráveis	3 958 114	29,01%
II	Promover o Desenvolvimento Económico de Fornos de Algodres	650 729	4,77%
	Programa de Valorização e Dinamização da Economia	331 540	2,43%
	Programa de Valorização da Produção Local	94 800	0,69%
	Programa Estratégico de Promoção Turística	224 389	1,64%
III	Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens	575 494	4,22%
	Programa de Proteção de Bens e Pessoas	289 336	2,12%
	Programa de Valorização da Floresta e Espaços Verdes	286 158	2,10%
IV	Prestar serviços de excelência e inovadores	4 693 029	34,40%
	Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados	4 693 029	34,40%
V	Disponibilizar Excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças	1 340 890	9,83%
	Programa de Ação Local para Juventude em Fornos de Algodres	293 719	2,15%
	Programa de Requalificação da Escola de Figueiró da Granja	500	0,00%
	Programa da Descentralização da Educação	1 046 671	7,67%
VI	Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade	605 703	4,44%
	Programa CulturFornos	488 490	3,58%
	Programa de Promoção da Atividade Física e Desportiva	117 213	0,86%
VII	Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental	1 717 998	12,59%
	(PM1) Programa Municipal de Gestão Hídrica	254 468	1,87%
	(PM2) Programa Municipal de Gestão de Águas Residuais	217 641	1,60%
	(PM3) Programa de Gestão de Resíduos e Economia Circular	267 630	1,96%
	(PM4) Programa de Promoção da Eficiência Energética	3 483	0,03%
	(PM5) Programa Municipal de Mobilidade Sustentável	900	0,01%
	(PM6) Programa Municipal de Educação Ambiental	32 545	0,24%
	(PM7) Programa Municipal de Promoção do Bem Estar Animal	120 400	0,88%
	Programa de Melhoria do Espaço Urbano	630 981	4,62%
	Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva das Infraestruturas Municipais	189 950	1,39%
VIII	Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com outras Instituições do Território	65 966	0,48%
	Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com outras Instituições do Território	65 966	0,48%
		13 643 799	100,00%

Elaboração própria

Estas despesas resultam do programa autárquico 2021-2025 sufragado a 26 de setembro de 2021. O valor afeto a cada uma das ações resulta da imputação prevista para o exercício económico de 2025.

